

1º ENCONTRO GALIZA-PORTUGAL DE ESTUDOS RURAIS

Bragança 12 e 13 de Novembro

O Ciclo de um baldio: uso, expulsão e abandono

Orlando Rodrigues
(Escola Superior Agrária de Bragança)

Introdução

Este trabalho visa descrever um caso paradigmático de utilização de um baldio e do relacionamento das populações e do Estado com estes espaços ao longo da segunda metade deste século.

Com base numa série de fotografias aéreas a intervalos médios de 10 anos, faz-se uma análise da evolução do uso da terra, no decurso dos últimos 50 anos, no baldio de uma aldeia a norte do concelho de Bragança. Esta informação é complementada a partir de outra informação de base geográfica, de observação de campo e de inquéritos.

Foi assim possível reconstituir a história da utilização do baldio neste meio século, da qual ressaltam três traços dominantes: uma primeira fase de utilização intensiva do baldio, que se acentua até finais dos anos 50. Uma segunda fase de intervenção musculada do Estado nestes espaços, expulsando as populações do baldio através da florestação imposta. Esta fase inicia-se em finais dos anos 50 e culmina já nos anos 70 com a florestação quase total do baldio. Por último, a partir de 74, a devolução dos baldios às populações, coincide com uma desarticulação entre os modos de utilização da terra e de vida e o uso florestal do baldio. Gradualmente abandonada pelo Estado, a floresta no baldio vai-se degradando por falta de cuidados de manutenção e, nos últimos 5 anos, o fogo encarregou-se de devolver os matos a estes espaços.

Completa-se assim um ciclo: o coberto vegetal numa fotografia de 47 e numa de 99 é globalmente semelhante. Porém, uma análise mais cuidada é reveladora de profundas diferenças no relacionamento das populações com o baldio num momento e noutro do tempo. Ao longo deste tempo a floresta entra e sai do baldio cumprindo apenas uma das suas funções (embora esta com elevada eficácia): a de desencadear o êxodo rural.

1 – “O princípio da história”

1.1 - O espaço do baldio no ordenamento da utilização do território

No território da aldeia as condições naturais existentes foram, ao longo do tempo, desenhando a configuração espacial da apropriação e utilização do território e produzindo estruturas de paisagem mais ou menos características: os terrenos mais

férteis e próximos dos agregados habitacionais foram sendo objecto de apropriação privada e de utilização agrícola, modelada em função da disponibilidade de água e da topografia; para as zonas de encosta e de menores aptidões produtivas, ficaram reservadas utilizações florestais e, finalmente, algumas áreas mais ou menos extensas, normalmente mais longe das habitações, ficaram dedicadas à utilização e posse comunitária.

Como refere Virgílio Taborda em 1932, "são sobretudo as encostas e os terrenos mais altos, onde a cultura não é possível ou muito aleatória, que estão submetidos ao regime de apropriação colectiva." (Taborda, 1932: 132-133) A Economia camponesa estabelece pois uma estreita articulação entre condições naturais e estruturas de propriedade e uso do território. A propriedade privada consolida-se em torno da aldeia, nos terrenos com melhores aptidões agrícolas, ficando reservadas áreas mais ou menos extensas, mais afastadas da aldeia e com reduzida aptidão para o cultivo, para uso comum (ver figuras 1 e 2).

Figura 1 – O Território da aldeia objecto de estudo: perspectiva ortográfica

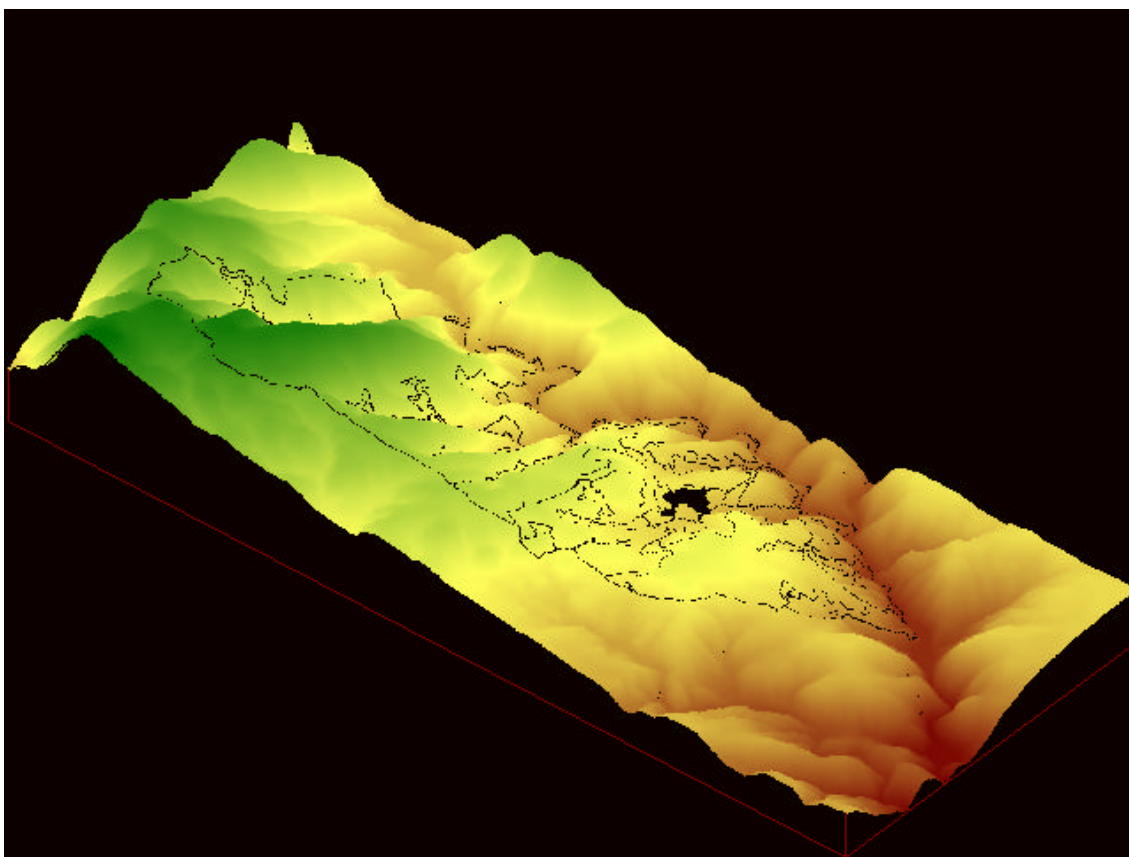
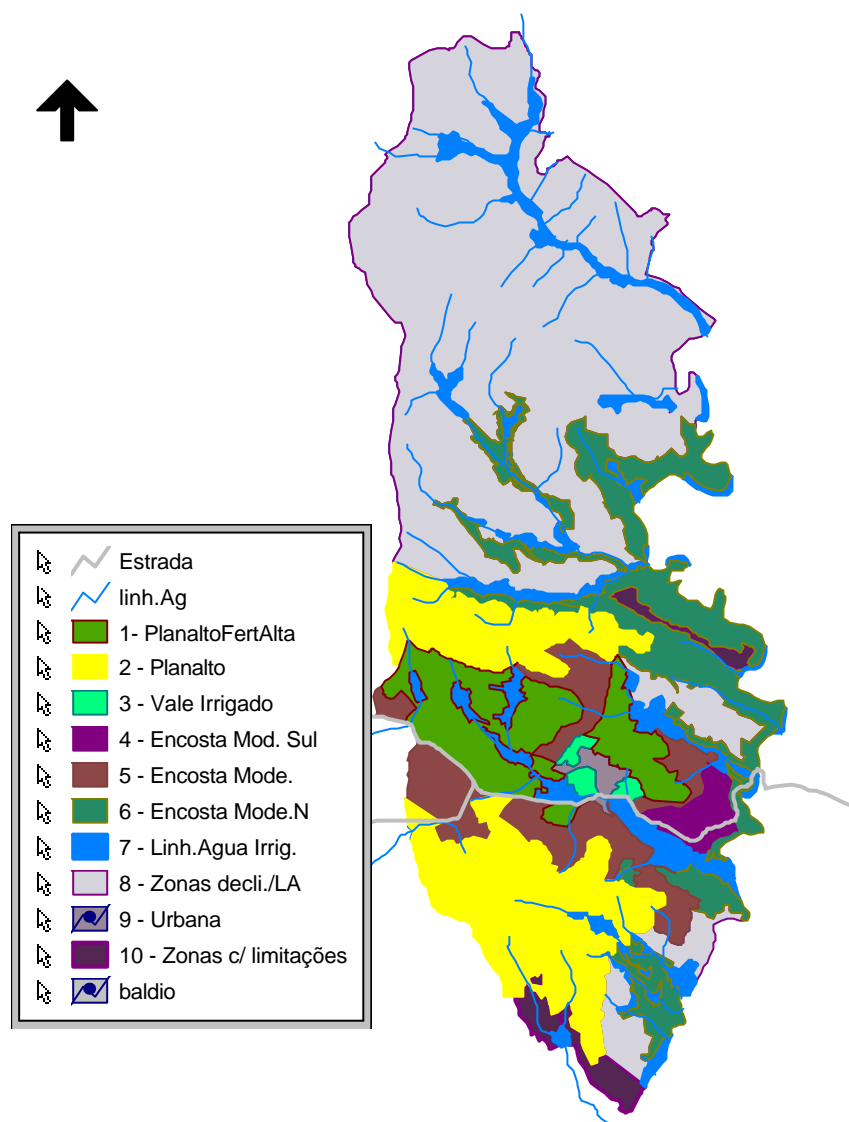


Figura 2 – O território da aldeia segundo as zonas naturais



1.2 - Estruturas sociais e baldio: o efeito "tampão"

No final do século XIX, Xavier Pereira Coutinho descrevia o panorama típico das aldeias transmontanas, como cultivando em redor uma pequena faixa para satisfazer as necessidades alimentares, ficando depois entre as povoações e para lá destas faixas cultivadas “o descampado, o deserto, de montanhas ásperas, abandonadas, entregues à natureza”. (Coutinho, 1882: 9). Gerardo Pery (Pery, 1875 : 108), estimava para a província de Trás-os-Montes uma percentagem de 57% de superfície inculta (635 000ha) e em 1995, o Inventário Florestal Nacional calculava uma área de 398 492 ha de incultos.

Atribui-se pois a estes espaços uma ausência de função, de desaproveitamento, de não uso. Esta condição só desapareceria se estes espaços fossem dedicados à cultura anual ou então florestados. É deste modo que em 1945, “num balanço da evolução da agricultura portuguesa, M. A. Gomes, H. Barros e C. Caldas constatavam que o tema dos incultos chegara ao fim, pois o cultivo e a florestação do território tinham progredido [...]” (Baptista, 1994: 15). Ou seja, consideravam estes autores, que este tipo

de espaços ou já estava submetido à produção agrícola ou estava (ou seria brevemente) florestado e, por isso, deixavam de ser incultos.

Não se considera aqui que seja esta a forma adequada de compreender a dinâmica destes territórios. De facto, estes espaços tinham funções, que encontravam evidente explicação tanto no quadro das práticas agronómicas, como no quadro dos sistemas sociais. No plano agronómico, antes da generalização do uso de adubos inorgânicos, a disponibilidade de matéria orgânica para repor a fertilidade do solo, era uma limitação importante. Bem reveladores deste facto são as práticas de aproveitamento de materiais vegetais que sofriam um processo de pré-decomposição antes de serem aplicados nas culturas. Para além da recolha de folhagem nos soutos de castanheiro e nos carvalhais, acrescia a apanha de matos nos baldios. Mesmo assim, esta matéria orgânica e os estrumes dos animais não eram suficientes para todas as culturas. Daí que, por vezes, se recorresse ao cultivo de campos de cereais em parcelas no baldio que eram arroteados. Estes terrenos, dispo de um *stock* de nutrientes acumulado naturalmente, permitiam o cultivo de cereais durante dois a três anos, sendo deixados de seguida novamente em pousio longo de 10 ou mais anos. Este regime carecia da concessão de direitos para o cultivo de uma *bouça*, decisão tomada em conselho de aldeia.

Para além deste uso crescem dois outros igualmente importantes: a recolha de lenhas e o pastoreio de rebanhos de ovinos e mesmo dos bovinos durante o período de defeso dos lameiros para crescimento do feno. Esta prática de pastoreio requeria a passagem periódica do fogo para que estes espaços se mantivessem acessíveis, com a vegetação de porte reduzido, e que surgissem na Primavera rebentos tenros, muito apreciados pelos animais.

No plano social a importância dos baldios resulta da forma de apropriação da terra. Tratando-se de propriedade comum, o direito de uso é definido pela pertença à comunidade, o que permite a todas as famílias, independentemente do seu estrato social, o usufruto da terra de propriedade comum. Resulta assim, deste modo de exploração e apropriação do espaço, um efeito de reequilíbrio social, decisivo na reprodução do sistema social, sobretudo em épocas de maior pressão demográfica. O acesso a funções básicas, como a recolha de lenhas, a possibilidade de pastoreio de um rebanho de ovinos ou de cultivo de uma parcela de cereal, fica assim garantido mesmo às famílias que não são proprietárias de terra ou cujo património fundiário é muito reduzido.

Será pois o conhecimento das funções destes espaços e dos modos de regulação social do seu uso, que permitirá explicar a sua dinâmica e não a simples remissão para a categoria de espaços abandonados.

1.3 - O Estado e as superfícies comunitárias: a resistência dos baldios

A partir de finais do século XVIII, dissolvido o sistema de propriedade feudal, os baldios passam a ser considerados como a única forma arcaica de propriedade que ainda restava e que interessava dissolver. Associa-se aos baldios a ideia de incultos e de formas de utilização da terra socialmente indesejável. A Academia Real das Ciências é particularmente activa nesta argumentação. A este propósito, Miriam Halpern Pereira interroga-se: “A obsessiva preocupação com o progresso tecnológico que caracteriza as memórias económicas da Academia, acompanhada de uma frequente crítica à estrutura da propriedade agrícola, não corresponderia aos interesses de uma burguesia agrária nascida dentro da sociedade do Antigo Regime?” (Pereira, 1983: XIII)

Relativamente a Trás-os-Montes, nos finais do século XVIII, as Memórias sobre Trás-os-Montes apresentadas por José António de Sá à Academia Real das Ciências

ilustram bem o espírito fisiocrata da época. Este autor exerceu as funções de juiz de fora da Comarca de Moncorvo na década de 1780 e participou nos planos de reorganização administrativa. A defesa da propriedade individual e o consequente ataque a todas as formas de propriedade e uso da terra colectivas, bem presente nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências (Mendes, 1985: 86), é levado ao extremo por José António de Sá na sua *Memória sobre a necessidade de cultivar os baldios em Trás-os-Montes*¹: “Sendo Trás-os-Montes tão natural para todo o género de produções, com que podia não só enriquecer-se muito a si; mas também comunicar a sua abundância a todo o reino; é lamentável que esteja a maior parte inculta com baldios, lameiros e mato; e aquelas mesmo excelentes terras, que produziriam abundantíssimo grão, linho, vinhas, amoreiras, olivais, etc, estejam entregues ao desprezo, e à negligência. [...] de cinco partes de terra boa, que terá a província, três certamente são incultas e a outra ocupada com lameiros de particulares” (p. 245). O seu exaltado espírito “agrarista” leva-o inclusivamente a considerar os lameiros no lote das terras improdutivas: “os lameiros dos particulares não têm alguma cultura produzem muito mau feno; feito das ervas naturais misturado com juncos, e outras coisas inúteis...”

Tanto nos seus escritos como na sua actividade enquanto magistrado, José António de Sá esforça-se por combater todas as práticas que impedem o fortalecimento da livre propriedade plena e absoluta, nomeadamente o compáscuo e o sistema de campos abertos, permitindo que os campos sejam coutados, evitando a acção das “nocivas cabras”, “pois não há mais oposto à segurança, e liberdade do domínio do que ser obrigado o prédio de cada hum a prestar a pastagem publica com impedimento de tapar, e grave damno da agricultura...”. Mas é sobretudo, na distribuição e repartição dos baldios que se empenha. No exercício da sua autoridade determina “fazer agricultar os referidos baldios, que sobraem dos logramentos públicos [...] e fazendo repartir igualmente por elles os taes campos para em comum os rotearem a aproveitarem” (*A memória dos abusos...*: 70, citado por Monteiro, 1997: 343). Assim, em 1790 já tinha executado sentenças deste tipo, por exemplo, no Concelho de Castro Vicente (Monteiro, 1997: 343). Reconhece porém que os povos “levaram muito a mal a repartição, que se mandou fazer dos baldios particulares...”, o que justifica pela “condição dos lavradores de Trás-os-Montes, ignorantes, pobres e cheios de tributos, e de foros, a quem a preocupação arrasta ao maior grau, não deve admirar-nos, que lhes fosse violentíssimo repartir pelos particulares aqueles prédios, em que pastavam os seus gados, e de que o conselho tirasse em comum utilidade.” Recomenda, por isso, que para ser possível “agricultar os baldios” sem “violentar” os povos “primeiramente deve-se incumbir a um ministro ágil da província o averiguar, e conhecer exactamente o estado, e todas as circunstâncias em que se acham essas terras [...] além disso deverá também averiguar [...] qual é a agricultura mais própria a estes ou àqueles baldios...” (*A memória sobre a necessidade de cultivar os baldios...*: 247-251, citado por Monteiro, 1997: 344-345)

Surge, neste contexto, a *questão dos incultos* que veio a marcar dois séculos de debates e que, embora numa outra formulação e com outras objectivos, constitui ainda hoje motivo suficiente de inquietação.

Este “potencial produtivo” mantém-se desconhecido, sem dados objectivos que o permitam avaliar, durante a primeira metade do século XIX. Só em 1867 o então ministro das Obras Públicas, Andrade Corvo, mandou executar o *Relatório Acerca da Arborização Geral do País (1868)*, com o objectivo de, no âmbito do processo de desamortização, dispor de informação técnica que permitisse tomar decisões acerca dos bens desamortizados que deveriam ou não ser alienados.

¹ In Memórias Económicas Inéditas (1780-1808), 1987, pp 245-251, citado por Monteiro, 1997:344

Conviviam em finais de oitocentos duas preocupações fundamentais: uma claramente económica, de intensificação da produção agrícola e de integração plena do sector na economia de mercado, o que se procurava conseguir através da mudança de regime jurídico da propriedade fundiária. Todo o período liberal é marcado por um processo de desamortização que, na sua fase final (1869), incide sobre os passais, baldios e bens de estabelecimentos de instrução pública. A outra preocupação é de carácter ambiental, de protecção de zonas frágeis do território, tal como ilustram os requisitos impostos ao *Relatório Acerca da Arborização Geral do País* e as opiniões de muitos autores nesta época, entre os quais Pereira Coutinho: “para aumentar e melhorar a cultura dos campos é necessário protegê-los. Onde estão as massas d’arvoredos que corrijam os excessos do clima, que sirvam de abrigo contra os ventos? Onde estão as árvores, que regularizem os cursos dos rios, que sustentem a terra nas ladeiras apumadas?” (Coutinho, 1882: 17-18).

2- A florestação e a expulsão das populações

No princípio do século XX (1928 – 1938) a campanha do trigo, sustentada numa subida artificial dos preços e, simultaneamente, numa elevada disponibilidade de mão-de-obra nos meios rurais, provocou o alargamento do centeio e do trigo a áreas marginais, até então cobertas de matos e dedicadas ao pastoreio, ou mesmo a áreas de bosque. Terras muito declivosas e com solos delgados foram arroteadas; generalizou-se a prática das “cavadas” que consistia no cultivo itinerante de solos marginais iniciado com o fogo e uma lavoura manual. Enfim, os montes despiram-se de vegetação, como bem ilustram as fotografias aéreas do início do século. O Abade de Baçal (um lavrador abastado, entre muitas outras actividades) bem alertava para as “consequências esterilizantes” (Alves, 1985: 427) desta política.

Esgotado tecnicamente o modelo (por exaustão da fertilidade e erosão), e mudados os objectivos políticos (os camponeses eram necessários na indústria urbana), a promessa de *fartura*, embora mantida muito seriamente pelo Estado Novo, é planeada através de outro uso da terra e traduzida no Plano de Povoamento Florestal de 1938. Embora sofrendo atrasos consideráveis, de 1943 a 68 o Estado arboriza 287 mil hectares, 97% dos quais em baldios e recorrendo quase exclusivamente ao pinheiro bravo. Neste processo, “os povos [...] opunham-se tenazmente a esta concepção e tentavam impedir a desmortização dos baldios, sem os quais dificilmente poderiam sobreviver, dada a umbilical dependência da sua agricultura em relação a eles.” (Rodrigues, 1987: 40)

Dos dois objectivos fundamentais desta política: (i) extrair riqueza a partir de extensas áreas consideradas incultas e improdutivas e (ii) forçar a saída das populações por forma a alimentar de mão-de-obra a indústria nascente, só o segundo é plenamente conseguido. “O estrato dos agricultores cuja economia repousava largamente no baldio foi, sem este, obrigado a vender o gado, deixou de poder fazer no terreno comunitário a sorte de pão, de colher a lenha ou de roçar algum mato, passou a vender a sua força de trabalho.” (Baptista, 1975)

3 - Devolução de quê?... e a que povos?

Em 74 a questão dos incultos estava já quase integralmente resolvida. Mas de que forma: a monocultura de pinheiro cobria os baldios, os eucaliptos invadiam as terras marginais onde a cultura era viável, a agricultura sobrevivia à custa de uma forte

protecção aduaneira. Surgem entretanto uma série de fenómenos novos e profundamente perturbadores dos precários equilíbrios:

Os baldios são devolvidos aos povos, mas os povos já não são os mesmos e a as funções do baldio tinham, há muito, sido rompidas. Sem função e lembrando dores ainda recentes, a floresta no baldio não é sentida como útil pelas populações e o necessário controlo social para a sua protecção não surge. Rapidamente os incêndios se encarregam de devolver os baldios ao seu anterior coberto vegetal: os matos.

Evidencia-se assim uma dupla desarticulação: entre a sociedade e a propriedade comunitária e entre a ocupação do baldio e o sistema de utilização da terra.

Por seu lado, a agricultura vê-se mais tarde confrontada com a concorrência externa e acentua a crise nos últimos anos.

Entretanto, os incultos mantêm-se nas coroas marginais e, mais do que isso, vão ganhando os espaços que o fogo foi libertando de floresta e aqueles que a regressão da agricultura foi abandonando nas áreas de transição. O aumento da floresta sustenta-se sobretudo na conquista de espaços à agricultura.

4 - O fechar do ciclo: cobertos vegetais semelhantes, profundas diferenças no relacionamento social com os baldios

Para ilustrar este percurso faz-se agora uma síntese da evolução dos principais tipos de uso da terra ao longo do último meio século no território da aldeia. Utilizando seis cortes no tempo (1947, 1958, 1968, 1980, 1990 e 1999), tantos quantos os permitidos pela fotografia aérea histórica disponível para o território da aldeia, identificam-se as principais linhas de mudança da relação da sociedade com o território.

Nas figuras 3 a 9 apresenta-se a distribuição espacial dos usos e das mudanças verificadas para cada um dos períodos considerados. No quadro 1 resume-se essa informação, mostrando a importância de cada tipo de uso em percentagem da superfície do território da aldeia por ano estudado.

No início do período (1947), o território da aldeia (cerca de 1300 ha) era largamente utilizado pela agricultura. A rotação “cereal x pousio” ocupava cerca de 22% do território e algumas zonas mais inclinadas eram igualmente utilizadas na produção de centeio, neste caso com recurso a pousios mais longos. O baldio mantinha um coberto arbóreo (matos) aproveitado pelos ovinos, sustentando múltiplos outros usos e, numa proporção considerável, permitia o cultivo de cereal com base neste último tipo de rotação mais extensiva. A floresta resumia-se quase exclusivamente ao carvalhal em propriedade privada e, numa muito pequena proporção, a pequenas parcelas de pinheiro bravo, igualmente em propriedade privada. No período 1947 – 1958 o aproveitamento do território prolonga-se até ao limite do possível, estendendo-se a cultura do cereal mesmo às zonas mais íngremes. Na zona da propriedade privada os matos praticamente desaparecem e o desmatamento de parcelas no baldio (bouças) progride acentuadamente. Entretanto, uma alteração de grande impacto surge neste período: o programa de florestação dos baldios do Plano de Povoamento Florestal inicia-se na aldeia, sendo arborizada com pinheiro bravo uma área do baldio próxima dos 150 ha, dos quais cerca de 25 estavam ocupados com parcelas de cereal e os restantes com matos. A arborização inicia-se na zona do baldio de mais fácil acesso e de relevo mais aplainado.

Quadro 1 – A evolução do uso da terra no território da aldeia (1947 – 1999)

Ano	Tipos de utilização da terra									
	CE	CAI	Vinha	Casta	Lameiro	Horta	Carvalh	CE pl	Matos	Floresta
1947	21.8%	4.5%	1.1%	6.2%	8.7%	0.5%	9.2%	8.6%	39.0%	0.3%
1958	22.3%	4.7%	1.1%	6.3%	8.7%	0.5%	9.2%	11.3%	23.0%	12.7%
1968	21.3%	4.6%	1.1%	7.5%	8.7%	0.5%	9.1%	11.7%	22.1%	13.3%
1980	18.0%	4.3%	1.1%	10.3%	8.7%	0.5%	9.9%	0.3%	9.4%	37.7%
1990	15.6%	4.1%	1.0%	12.3%	8.4%	0.5%	9.9%	0.0%	10.3%	37.8%
1999	10.2%	2.8%	0.5%	18.0%	7.3%	0.5%	11.1%	0.0%	41.0%	8.6%

Notas: CE – Cereal extensivo; CAI – Culturas anuais intensivas; CE pl – Cereal com pousios longos. No capítulo seguinte serão caracterizados estes tipos de usos da terra

Fonte: Dados obtidos por foto-interpretção de fotografia aérea ortorrectificada.

Este movimento de florestação do baldio sofre, porém, uma paragem durante os anos seguintes. Assim, no período de 1958 a 1968 não são efectuadas novas arborizações e as alterações do uso da terra são muito marginais: uma pequena progressão das courelas de cereal noutras zonas do baldio, eventualmente para compensar as que tinham anteriormente sido perdidas para a floresta, e uma muito ligeira progressão do castanheiro. Outros usos da terra manifestam uma grande estabilidade durante todos estes anos: a vinha, ocupando as áreas onde é possível, não sofre alterações na superfície total, o mesmo se passando com as hortas, lameiros e rotações intensivas de culturas anuais. Estes tipos de usos, mais fortemente condicionados pelas condições naturais e regulados pelo regime de propriedade privada, têm a sua possibilidade de expansão muito limitada. O carvalhal e o castanheiro revelam também uma elevada estabilidade, embora a superfície deste último mostre já uma ligeira tendência de crescimento.

De 1968 a 1980 o processo de florestação do baldio sofre novo impulso. São neste período florestados com pinheiro bravo mais 280 ha, 192 dos quais conquistados aos matos e os restantes 88 a *bouças* de cereal. O baldio fica assim quase integralmente ocupado por floresta. Quanto aos outros usos, a nota dominante é a regressão do cereal e uma ligeira progressão do castanheiro. O centeio mais extensivo, com base em pousios longos, desaparece: no baldio por imposição da floresta, nas restantes zonas por abandono das terras mais inclinadas que regressam aos matos. A própria rotação “cereal x pousio” regride ligeiramente por abandono de algumas terras mais distantes e marginais e por transferência de outras para o castanheiro. A área agrícola confina-se assim à zona mais central do território da aldeia: a relação com o baldio, integralmente ocupado pelo pinheiro, rompe-se e as zonas mais marginais regressam aos matos. Só os lameiros estendem radialmente ao longo das linhas de água a ligação agrícola com o território até às zonas mais distantes.

Nos dez anos seguintes a paisagem não se altera muito. As grandes tendências mantêm-se: as culturas anuais regridem, sendo substituídas pelo castanheiro, e surgem algumas tendências novas: alguma vinha começa a ser abandonada, sendo substituída por árvores de fruto, castanheiro ou simplesmente pelos matos; os lameiros mais distantes começam também a ser abandonados, sendo invadidos pelo carvalhal e árvores ripícolas. Uma nota ainda para a florestação de uma pequena área com pinheiro bravo, carvalho e castanheiro, outrora dedicada à produção cerealífera extensiva e mais recentemente ocupada com matos. A plantação decorre no âmbito do Programa de Acção Florestal mas degrada-se rapidamente e em 1999 essa área tinha já integralmente regressado aos matos.

Nos anos seguintes a tendência de abandono das culturas anuais intensifica-se notoriamente. Comparativamente com o início do período (1947), actualmente a superfície de culturas anuais reduz-se a cerca de um terço, ao passo que a superfície de castanheiro mais do que duplica, ocupando as terras anteriormente dedicadas a esta cultura. A vinha quase desaparece, os lameiros mais afastados são em grande parte abandonados e as hortas, embora globalmente mantenham as mesmas superfícies, reduzem significativamente a intensificação do uso da terra. Quanto à floresta do baldio, sem manutenção e não merecendo mais do que a indiferença por parte da população, desaparece quase completamente em dois incêndios, devolvendo o baldio aos matos, porém agora já sem usos.

Em conclusão

A relação da sociedade com o território sofre transformações profundas ao longo dos últimos 50 anos. De uma situação em que o uso da terra se optimizava para permitir o sustento de uma comunidade rural em expansão demográfica (cerca de 270 pessoas), hoje a relação com o território é largamente intermediada pelas políticas e já só assegura a muito poucas famílias o sustento em exclusivo (ou pelo menos enquanto fonte principal de rendimentos), embora proporcione benefícios complementares, de natureza monetária ou não, a um elevado número de outras. Ao longo deste processo não só o sistema de uso sofre mutações profundas, mas também o sistema fundiário e, obviamente, o sistema social.

Figura 3 – A ocupação do baldio em 1947

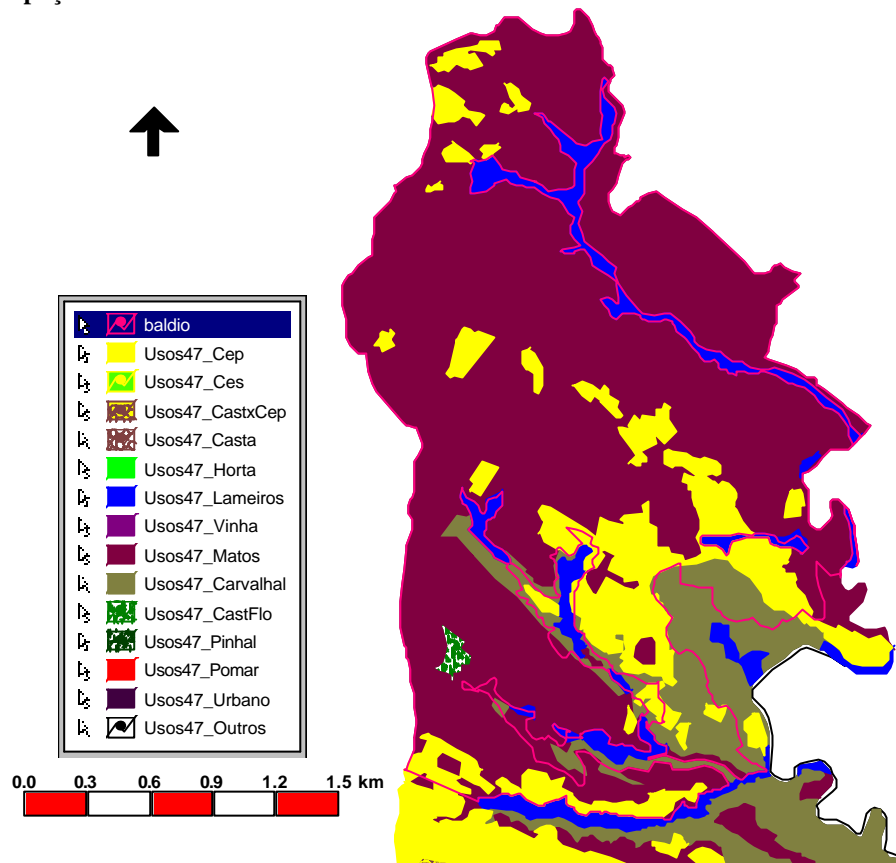


Figura 4 – A ocupação do baldio em 1958

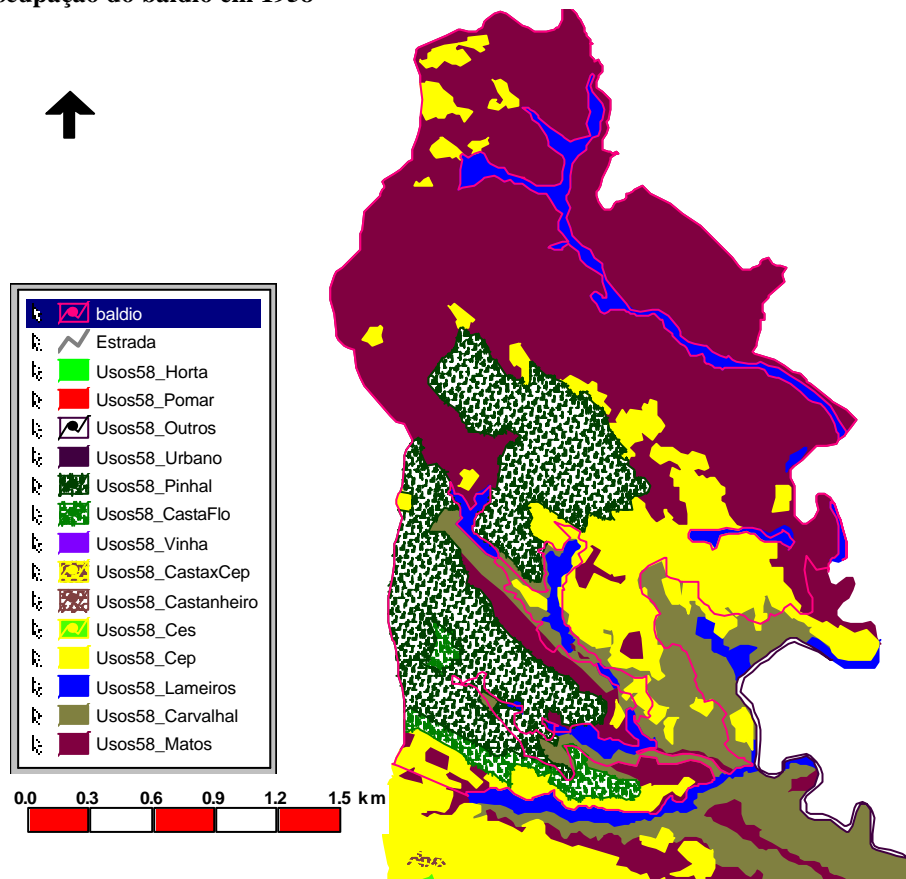


Figura 5 – A ocupação do baldio em 1968

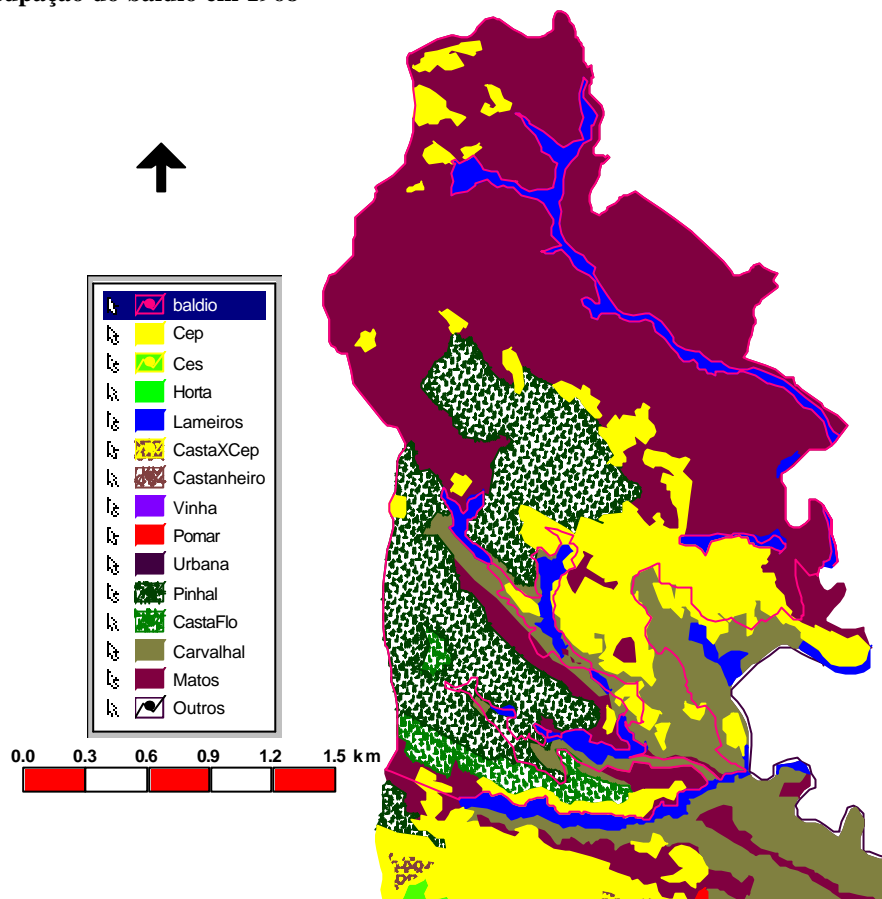


Figura 6 – A ocupação do baldio em 1980

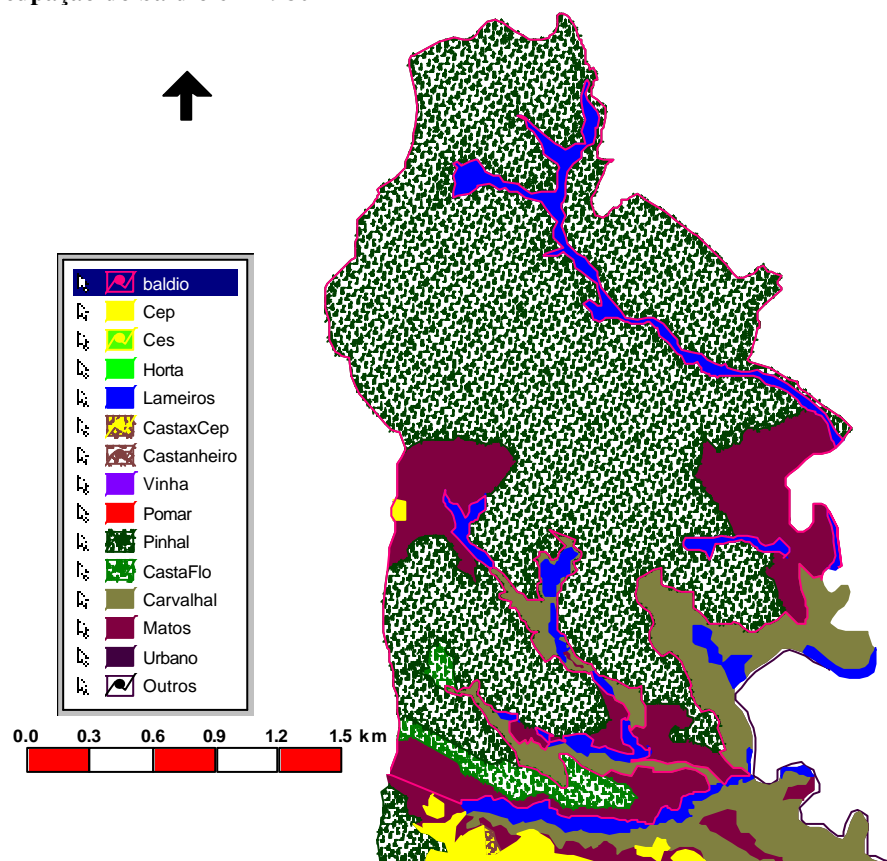


Figura 7 – A ocupação do baldio em 1990

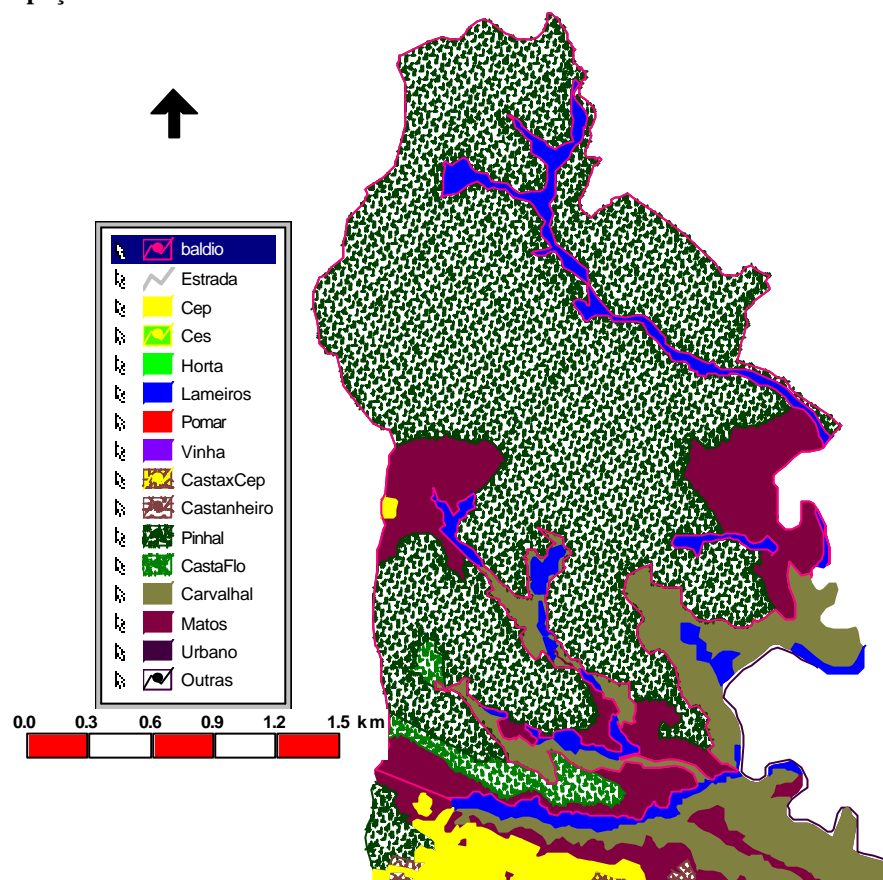
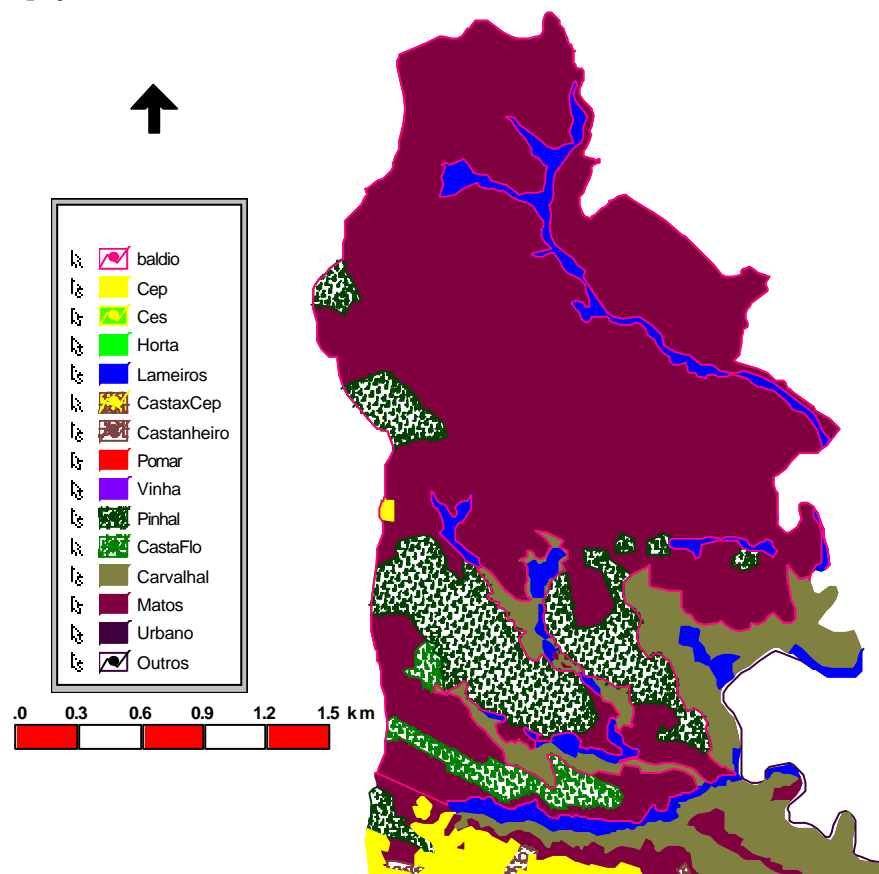


Figura 9 – A ocupação do baldio em 1999



Referências Bibliográficas

- Baptista, Fernando Oliveira (1975), *Portugal 1975 - Os campos*. Porto: Afrontamento.
- Baptista, Fernando Oliveira (1994), «Da agricultura ao território». *O voo do arado* Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Coutinho, António Xavier P. (1882), *A Silvicultura no Districto de Bragança*. Lisboa: Typografia da viuva Sousa Neves. (These apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Geral de Agricultura no concurso para o provimento da cadeira de Silvicultura e Economia Florestal).
- Mendes3, José M. Amado (1985), *Trás-os-Montes nos Finais do Séc. XVIII (Alguns Aspectos Económico-Sociais)*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Monteiro, José Rodrigues (1997), *O Trás-os-Montes setecentista na obra de José António de Sá*.
- Pereira4, Miriam Halpern (1983), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Pery, Gerardo (1875), *Geographia e estatística geral de Portugal e colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Rodrigues2, Manuel (1987), *Os Baldios*. Lisboa: Caminho.
- Taborda, Virgílio (1987), *Alto Trás-os-Montes - Estudo Geográfico*. [1932]. Lisboa: Livros Horizonte.